



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,55% São Paulo	143.398 17/10 20/10 21/10 22/10	R\$ 5,396 (+ 0,12 %)	16/outubro 5,443 17/outubro 5,405 20/outubro 5,370 21/outubro 5,390	R\$ 6,264	14,90%	14,90%	Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11

CONSUMIDOR

Senado aprova proibição de cobrança por mala

A proposta, de Randolfe Rodrigues (PT-AP), aguardava desde 2020 para ser votada no Senado. Texto segue, agora, para a Câmara

» ALÍCIA BERNARDES
» ISRAEL MEDEIROS

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei nº 120/2020, que proíbe companhias aéreas de cobrar taxas por bagagens de mão de até 10 quilos. A votação foi unânime entre os 15 senadores presentes. O texto, aprovado em caráter terminativo — não precisa passar pelo plenário —, segue agora para análise da Câmara dos Deputados e, se aprovado, precisará ser sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A proposta foi incluída de forma extraordinária na pauta da CCJ a pedido do relator, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), e recebeu apoio do presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA). Trata-se de uma resposta ao início das cobranças pela Gol e pela Latam, principais companhias aéreas do país, nas viagens internacionais.

De autoria do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), o projeto busca garantir que os passageiros possam levar consigo, gratuitamente, bagagens de até 10 kg nas cabines das aeronaves, desde que respeitadas as dimensões máximas de 55 centímetros de altura, 35 cm de largura e 25 cm de comprimento.

Segundo Veneziano, as alterações promovidas nos últimos anos pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que permitiram a cobrança por malas despachadas, não resultaram em redução das tarifas aéreas — argumento central para defender a proposta. “É necessário restabelecer direitos mínimos aos usuários do transporte aéreo, evitando que medidas comerciais se sobreponham à proteção do consumidor”, afirmou o relator.

O texto aprovado ainda prevê que, em casos de superlotação dos compartimentos de bagagem nas cabines, as companhias poderão oferecer o despacho gratuito das malas, sem cobrança adicional. O projeto também busca padronizar as regras atualmente definidas de forma independente por cada empresa, o que, segundo os senadores, gera insegurança e confusão entre os passageiros.

Abusos

A matéria altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para fechar brechas que, segundo o relator, permitem práticas abusivas. O projeto fixa parâmetros para o

Edilson Rodrigues/Senado



O relator, senador Veneziano, disse que aprovação do projeto que proíbe cobrança por bagagem é o resgate do direito elementar do consumidor

» ANP faz leilão do pré-sal

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou ontem a 3ª Oferta Permanente de Partilha (OPP) em áreas do pré-sal. O leilão somou R\$ 103,7 milhões em bônus de assinatura. Sete blocos foram ofertados em leilão nesta quarta-feira, 22, sendo que cinco receberam ofertas. Os investimentos previstos são de R\$ 451,5 milhões. Quatorze empresas, entre brasileiras e estrangeiras, estavam na disputa pelos reservatórios na região mais cobiçada do País. A Petrobras exerceu seu direito de preferência apenas pelo bloco de Jaspe, na bacia de Campos, e cobriu a oferta feita pela Chevron. A empresa formou um consórcio com a Equinor para fazer a oferta por Jaspe. A Petrobras também arrematou o bloco Citrino, na mesma bacia.

Biometria em aeroportos

Guilherme Felix CB/DA Press

De passagem por Brasília, Carlos Kaduoka, Chief Operating Officer (COO) da Sita — empresa líder global em soluções de TI para a indústria de transporte aéreo — visitou, ontem, o **Correio Braziliense**. Em conversa com a jornalista Ana Dubeux, diretora de Redação do jornal, Kaduoka falou do interesse da Sita em ampliar os seus investimentos no Brasil. “O Brasil tem um forte potencial de crescimento, especialmente na área de biometria”, disse o executivo, que mora em Atlanta (EUA). Ele foi conferencista, ontem, no 22º Simpósio de Transporte Aéreo (Sitraer), na UnB.



transporte de bagagens de mão em voos domésticos e internacionais, ao definir que a franquia mínima gratuita será de até 10 quilos. A norma se aplicará ao compartimento superior da cabine, e as empresas poderão estabelecer restrições adicionais apenas por

razões de segurança ou de capacidade das aeronaves.

A possibilidade de que as companhias cobrassem pela bagagem foi aberta por uma resolução de 2016 da Anac, que não determina o transporte gratuito desse tipo de bagagem, o que criou

margem para tarifas extras. O relator afirmou que o projeto oferece uma solução legislativa definitiva e evita depender de regulações administrativas variáveis conforme as políticas das empresas ou decisões da Anac.

Nas redes sociais, o autor do PL

publicou vídeos e texto celebrando a vitória. “Acabamos de aprovar no Senado o projeto de minha autoria que garante aos passageiros de voos nacionais e internacionais o transporte gratuito de bagagem de mão de até 10 kg”, anunciou Randolfe, ao dizer acreditar que a

Câmara vai analisar “com seriedade, em respeito a um direito básico de todos os passageiros”.

Câmara

A decisão da CCJ ocorre um dia após a Câmara dos Deputados aprovar regime de urgência para um projeto semelhante, que também impede a cobrança por bagagens de mão. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), classificou como “abuso” a criação de uma nova tarifa por empresas aéreas que restringia o embarque gratuito apenas a um item pessoal sob o assento.

O relator da proposta na Câmara, deputado Neto Carletto (Avante-BA), ainda não apresentou seu parecer sobre o texto, mas disse, ontem, que há tratativas para ampliar a gratuidade das bagagens, inclusive, para malas despachadas. Desde 2017, as companhias aéreas são autorizadas, por lei, a cobrar pelas bagagens despachadas.

O texto chegou a ser incluído na pauta de ontem do plenário para ser discutido, mas sem o relatório, os deputados não chegaram a analisar o texto. A expectativa, segundo apurou o **Correio**, é de votar o texto na próxima semana.

Os detalhes serão discutidos na reunião de líderes na Câmara, que será realizada ainda hoje.

Avança PL que dobra imposto sobre bets

» WAL LIMA

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou ontem, o pedido de urgência para que o projeto que propõe uma elevação da taxaço sobre as plataformas de apostas on-line — conhecidas como bets — seja votado diretamente no plenário. De autoria do líder do Partido dos Trabalhadores (PT), deputado Lindbergh Farias (RJ), o texto dobra a alíquota de impostos atualmente cobrada das casas de apostas, passando de 12% para 24%. A

proposta foi apresentada após a medida provisória do governo federal, que previa aumento semelhante, perder a validade sem ser votada pelo Congresso.

Com a aprovação da urgência, o projeto segue agora para a mesa do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), responsável por pautar a matéria no plenário. Antes, ele deve ouvir os líderes partidários para avaliar se há consenso político em torno da proposta.

Lindbergh reforça que a medida é urgente e necessária: “Não se trata apenas de arrecadar mais,

mas de proteger a população e fortalecer as políticas públicas. É o Estado assumindo sua responsabilidade diante de um problema que já virou epidemia social.”

Destinação social

O projeto do petista propõe que a arrecadação adicional seja direcionada ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a programas de conscientização sobre os riscos do vício em jogos de azar, conhecido como ludopatia — transtorno reconhecido pela Organização

Mundial da Saúde (OMS).

Segundo o deputado, a iniciativa tem caráter social e busca combater os danos econômicos e psicológicos causados pela explosão das apostas on-line no país. “As bets vêm arruinando as finanças de milhares de famílias e gerando graves problemas de saúde mental. É justo que uma parte do lucro desse setor seja revertida para tratar e prevenir esses mesmos impactos”, afirmou.

Lindbergh destacou que a carga tributária brasileira sobre o setor é uma das mais baixas do mundo.

No Reino Unido, a taxa é de 21%; na França, chega a 33%; na Itália e na Espanha, 20%; e no México, 30%. “Mesmo com a elevação para 24%, o Brasil continuará com uma tributação inferior à da maioria dos países que regulam o setor”, argumentou.

O parlamentar defende que a medida é mais do que um ajuste fiscal — é uma resposta ética e pragmática a um problema de saúde pública. “Argumentar contra essa taxaço é fechar os olhos para milhões de brasileiros endividados e adocidos pelo vício em apostas.

Precisamos alinhar o interesse fiscal à urgência social”, reforçou.

De acordo com dados do Ministério da Fazenda, o setor movimentou R\$ 17,4 bilhões em receita bruta apenas nos seis primeiros meses de 2025, com 17,7 milhões de brasileiros realizando apostas. O país já é o terceiro maior consumidor de sites de apostas do mundo, segundo levantamento da Comscore.

Os efeitos desse crescimento acelerado são visíveis: entre 2022 e 2024, os atendimentos por sintomas de vício em jogo no SUS aumentaram 300%.